



Ata de reunião extraordinária do Conselho de Administração, com a participação do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, para tratar questões relacionadas ao Instituto de Previdência do Município de Mangaratiba. A reunião foi realizada no dia 13 de Abril de 2026, no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Mangaratiba, localizado à Travessa Vereador Vivaldo Ely da Silva Passos, S/N, Centro - Mangaratiba/RJ. Presentes pelo Instituto o presidente, o Sr. Anderson da Silva Moreira, o diretor financeiro, o Sr. Deilton Lopes de Oliveira, a Diretora Jurídica, a Dra. Maria Carolina Alcantara Decot Barros, e a contadora, a Sra. Daniele Abrahão de Freitas. Presentes pelo Conselho de Administração os membros titulares a Sra. Juciara Maria Nogueira de Souza, a Sra. Lourdes Bernadette da Silva Carvalho, a Sra. Alessandra Cristina Braga de Oliveira, a Sra. Cintya da Silva Araújo Candez, e o Sr. Vitor Vinícius Lopes de Vasconcellos. Ausente o Sr. Marcus Vinícius Caram de Souza, bem como sua suplente, a Sra. Rafaella Angelo do Nascimento Teixeira. Presentes pelo Conselho Fiscal os membros titulares a Presidente do conselho, a Sra. Margareth Nogueira da Silva Castilho, o Sr. Ewerton Ferreira da Silva Souza, o Sr. Fernando Rosa da Silva, e a Sra. Cinthya Camillo Barbosa. Presentes pelo Comitê de Investimentos, os membros titulares, o Sr. Francisco José Ricardo Leal, e a Sra. Amanda Sodré R. Moreira Velloso. Ausente a Sra. Regina Gentil Moreira, sendo substituída por sua suplente, a Sra. Edvalmira Lopes de Araújo Fagundes. Havendo quórum, o Presidente do Instituto iniciou a reunião às 14 horas e 12 minutos. A Presidente do conselho fiscal iniciou sua fala, informando que o conselho fiscal solicitou ao conselho de administração a presente reunião, para tratar questões relacionadas ao déficit atuarial, aos parcelamentos das contribuições em atraso e sobre os recursos para o pagamento dos inativos e pensionistas. Perguntou ao presidente do instituto está tomando junto ao Prefeito, para tratar a dívida atuarial e a situação financeira do instituto. O Presidente respondeu que hoje o município possui um prefeito, que entende a situação em que se encontra o instituto. Esclareceu que o déficit atuarial, hoje, é de 1,5 bilhões de reais, e acredita ser muito pelo tamanho do município. Informou que a parte mais importante, hoje, é a alteração legislativa, para que se possa mudar os planos de benefícios. O mesmo acredita que este é o maior causador do déficit atuarial, e sem que haja esta mudança, dificilmente este panorama mudará. Aduz que conhece o caminho a seguir, mas as soluções não são simples. informou que o Executivo e o Previ Mangaratiba estão trabalhando em uma minuta de lei e que a Prefeitura contratou uma consultoria especializada, que trabalha a nível nacional, para tratar da questão do déficit atuarial. Esclareceu que a lei que está sendo elaborada não é simples, e que a mesma está sendo acompanhada pela Dra. Maria Carolina, procuradora do Previ Mangaratiba, e que a primeira etapa da minuta, já está quase finalizada. Completa ao informar que haverá a participação, direta, dos conselhos e do comitê de investimentos para a tomada de decisões. Paralelamente, com relação ao déficit atuarial, medidas menores também estão sendo tomadas. A minuta da Lei preparada, relacionada aos royalties do petróleo, já foi encaminhada à Procuradoria do Executivo. Onde todo mês será depositado em uma conta específica do Previ, um valor ainda a ser definido, para que se possa guardar como uma capitalização. Estamos aguardando o Executivo se manifestar, para que possamos prosseguir. Outro ponto importante, é a implantação da Previdência Complementar, onde o servidor poderá optar por esta modalidade. A Sra. Margareth Castilho informou que a questão sobre a Previdência Complementar, já foi tratada em outras reuniões do Conselho Fiscal, e que a mesma iniciou-se pelo governo federal. Solicitou que os presentes fizessem sugestões. Esclareceu que a questão da dívida atuarial, já está bem encaminhada. Perguntou sobre os recursos provenientes dos royalties do petróleo, se é pelo período de 5 (cinco) anos que não podem ser utilizados. O presidente respondeu que sim. A mesma informou que só isso não bastará, e que será necessário outras ações para começar a resolver este problema, vindo de gestões passadas, já que o município não possui uma



receita grandiosa. Sugeriu o aumento da contribuição patronal, sendo este um dos caminhos. Acredita que os parcelamentos, das contribuições em atraso herdadas de gestões anteriores, foram uma das causas para que o Previ chegasse a esta situação crítica. Sugeriu, ainda, que uma Lei fosse elaborada, para que o Prefeito só possa parcelar as contribuições em atraso, dentro do seu mandato. Completa que assim, os Prefeitos seriam mais responsáveis. O presidente parabenizou a conselheira pela abordagem sobre o assunto, e completou que o Previ vinha sofrendo com problemas de gestões passadas, que não entendiam ou que não se preocupavam com a Previdência. O problema existe, é nosso, precisa ser resolvido, e isso dependerá de um conjunto de medidas. Esclareceu que hoje, o Prefeito que não cuidar da Previdência do Município, o mesmo poderá ficar inelegível. Explicou que precisa ser desenvolvido um plano de equacionamento. Informou que o Conprev foi regularizado, onde o Previ já recebeu um recurso retido de aproximadamente 2 (dois) milhões de reais, e vem recebendo aproximadamente 50 (cinquenta) mil reais mensalmente. Explicou, também, que sobre a criação da lei para o parcelamento de contribuições em atraso da dívida dentro do mandato, é complicado de se fazer, pois há uma jurisprudência federal que regulamenta o parcelamento. Completou informando que o Tribunal de Contas está em cima dos Executivos, que não repassam as contribuições no DIPR. A Sra. Margareth Castilho completou ao informar que anteriormente, somente o valor líquido dos parcelamentos eram pagos, mas sem os encargos. A mesma gostaria de saber se há a possibilidade do Prefeito legalizar um aporte financeiro para o instituto, se seria bom para a Previdência, funcionando como um fundo de caixa, sem que se pense somente no gasto mensal. Esclareceu que o Instituto precisa fazer bons investimentos, deixando de rentabilizar somente para a cobertura da folha de pagamento. A mesma se diz preocupada com o pagamento do 13 salário, pois só o descontos de pessoal não cobre, e sendo assim, o Executivo precisará complementar. O presidente concordou e esclareceu que o município vive uma situação muito complexa. Explica que o tesouro está com dificuldades na arrecadação, que está extremamente baixa, mas que estamos trabalhando para resolver estas questões. Informou que a responsabilidade é do presidente do instituto, do prefeito, bem como dos conselheiros que respondem pela situação. Aduz que é muito importante tratar destas questões, como estamos fazendo. Explica a importância dos conselhos em cobrar soluções para o problema, e como presidente, preciso cobrar o Prefeito. Esclareceu que o Diretor Financeiro faz um ofício todos os meses, que é encaminhado ao Executivo, cobrando os repasses. Informou que hoje a conta não fecha, e lá na frente poderá ficar muito pior. Acredita não ser o momento para uma reunião dos conselhos com o Prefeito, mas sim, quando pudermos apresentá-lo uma solução, que atenda tecnicamente, sem que se aperte ainda mais o servidor. Explicou sobre a doação de imóveis do município, para que o Previ possa explorar. A Sra. Margareth Castilho esclareceu que os repasses não podem ser somente para o pagamento das despesas mensais, e completa que o Previ não pode ficar de caixa zerado. A mesma perguntou o que há de concreto, após as conversas com o Prefeito. O presidente respondeu que está sendo discutido o plano de equacionamento, o repasse de parte dos Royalties do Petróleo, para que possa repassar ao Previ um recurso mensalmente e a alteração legislativa da Previdência, que abranja toda uma estrutura, reduzindo custos. Esclareceu que a realização do censo previdenciário em 2025 foi para a atualização da base de dados, que servirá para reduzir o déficit atuarial, sem que se coloque recursos monetários. Informou que será gerado um relatório do censo, para ser apresentado aos conselhos e ao comitê de investimentos. A Sra. Margareth Castilho perguntou se há uma previsão para a apresentação dos resultados. O presidente respondeu, acreditando, que no máximo em 2 (dois) meses. Informou que haverá uma reunião bem contundente, para que se possa mostrar o que está sendo feito. A Sra. Juciara Maria sugeriu que se busque um caminho ou que se faça ajustes, o mais rápido



possível, nas soluções a serem apresentadas ao Prefeito, pois quanto mais o tempo passar, a situação só tende a piorar. Já nos encontramos em uma situação bem desagradável, que se estende ao longo dos anos, chegando a um ponto onde precisa-se de providências urgentes, dentro do que nos é possível fazer. O Presidente se coloca à disposição para responder a qualquer dúvida dos presentes. O Sr. Ewerton Ferreira gostaria de colocar algumas sugestões para tratar o déficit atuarial. Se diz indignado pelo Previ ser um órgão público, não ter um prédio próprio e ainda pagar o valor de R\$ 6.500,00 de aluguel todo mês. Esclareceu que o instituto não deveria pagar este aluguel, e deveria ter seu prédio próprio. Informou que fez uma conta de juros compostos na taxa de 0,75% do dia, o resultado mostrou que o Previ ganharia em 10 (dez) anos, pelo menos 1(um) milhão de reais de lucro, e que em 30 (trinta) anos, ganharia aproximadamente 40 (quarenta) milhões de reais de lucro, só poder ter um prédio próprio. Novamente, se diz indignado que a Previdência não tenha pelo menos um prédio próprio, onde todo mês, joga-se R\$ 6.500,00 no ralo. Acredita que antes de qualquer atitude, a ser tomada pela prefeitura, é necessário que a Previdência tenha uma sede própria. Sugeriu que o Previ pudesse funcionar como um banco, fazendo empréstimos consignados, pelo menos para os servidores do município, a juros menores que os bancos tradicionais. Se fosse feito um levantamento com os servidores da prefeitura e com os servidores da câmara, constataremos que a grande maioria possuem empréstimos consignados. Afirma não saber quais são as barreiras judiciais, de que maneira isso poderia ser feito, e quais as consequências disso. Esclareceu que a arrecadação do município gira em torno de 500 (quinhentos) milhões por ano e não tem como cobrir o Previ, perguntou. Se não forem tomadas as decisões, e não forem feitas cobranças contundentes, utilizando todas as alternativas possíveis para diminuir o déficit atuarial, o funcionalismo público do município estará ameaçado. Exemplificou o município de Duque de Caxias, que fez um concurso público para a guarda municipal, na modalidade CLT. Questionaram a Prefeitura de Duque de Caxias, do porquê do concurso ser CLT. A mesma respondeu por causa do regime de previdência próprio. Esclareceu sobre 1 (um) artigo da constituição, que dizia que em caso de déficit atuarial, os aposentados que ganham mais de 1 (um) salário mínimo, também irão contribuir para a previdência social. Sobre o aporte financeiro, explicou que a prefeitura não deveria complementar a folha para o pagamento dos inativos e pensionistas somente, mas fazer bons aportes financeiros ao Previ possa ter uma melhor rentabilidade em seus investimentos. Esclareceu que na falta de recursos para o instituto, a prefeitura terá que suportar as folhas de pagamentos dos ativos, inativos e pensionistas. Indigna-se, se perguntando até quando isso continuará a acontecer. Sobre o concurso público, informou que por mais que digam que ele aumenta o déficit atuarial, acredita que ele aumenta a base de contribuição e que ainda é uma solução para o Previ. Esclareceu que a maioria dos servidores do município são comissionados contribuindo para o INSS e a minoria são servidores ativos que contribuem e mantêm os recursos para o Previ. Exemplificou a fundação Mário Peixoto, que só possui somente 1 (um) servidor ativo, sendo o restante de comissionados. Sugeriu a verificação da taxa administrativa dos bancos, por acreditar serem alta sobre os precários investimentos que o Previ possui. Sugeriu, também, a abertura de concurso público específico para o Previ, já que o instituto possui uma equipe de trabalho reduzida. Expõem, de acordo com a fala da Presidente do Conselho Fiscal, que não há nenhuma solução concreta, somente promessas. Sugeriu a marcação de uma nova reunião extraordinária, com esta, para continuar a tratar destes assuntos, com todos os conselhos e com o comitê de investimento. Propôs que as reuniões sejam realizadas de 3 (três) em 3 (três) meses, para que se busquem soluções para este panorama. Perguntou ao presidente sobre a mudança nos planos de benefícios, já que os servidores públicos não ganham os melhores salários. O presidente esclareceu que a indignação do conselheiro não é algo novo, e isso está acontecendo na maioria dos

municípios do Brasil. Respondeu que tem o sonho do Previ poder ter uma sede própria e de poder fazer empréstimos consignados. Tecnicamente, tudo isso pode ser adicionado à política de investimento, isso é fácil de fazer. O difícil é conseguir o recurso para emprestar, e isso não é tão simples como parece. Com relação a alteração no plano de benefícios é a reforma da previdência, propriamente dita, e já era para ter sido feita a muito tempo. O Sr. Ewerton Ferreira perguntou se a mudança é o aumento do tempo de contribuição. O presidente respondeu que é necessário que haja um estudo, podendo haver várias regras de transição para os servidores ativos. Exemplificou algumas opções aos presentes. Explicou que se apresentar um estudo de forma rápida não é prudente, e que a pressa é a inimiga da perfeição. Expôs que o conselho de administração é responsável em pegar as indignações e cobrar o instituto. Este problema já vem de anos, e não há a possibilidade de se resolver em 1 (um) ano. Informou que os servidores do instituto têm a orientação em tentar economizar ao máximo os recursos do Previ. Sobre o aluguel do imóvel para o Previ à R\$ 6.500,00, pensando a longo prazo, pode pesar um pouco. O Sr. Ewerton Ferreira informou que ficaria em torno de aproximadamente 40,3 Milhões de reais. O presidente respondeu que não adianta, agora, falar que tinha que ter resolvido, mas sim tentar resolver os problemas que existem. Concorde que o Previ precisa ter uma sede. Esclareceu que poderia ser um imóvel doado ao instituto e que isso ajudaria a abater o déficit atuarial. O Instituto precisa de aporte financeiro, do repasse de parte dos royalties do petróleo, da alteração do plano de benefícios, da reforma da previdência que ainda não foi feita. Sabemos que não dá para resolver para amanhã, mas se fosse possível, seria ótimo. A Sra. Margareth Castilho perguntou se a priori, como medida de emergência para que não se pague o aluguel, que a previdência voltasse para o prédio antigo, caso seja feita uma boa reforma lá. Diz não saber se não restou algum setor da prefeitura por lá. O presidente informou que já solicitou, em algumas oportunidades, a reforma do prédio, mas tem coisas que fogem ao controle. Se houvesse a possibilidade de reformar o local, e se pudéssemos voltar para lá, seria o ideal. Parece que a prefeitura irá reformar e já solicitei para que voltássemos para lá. Estamos aguardando um posicionamento. A Sra. Margareth Castilho se diz receosa sobre a questão relacionada ao empréstimo consignado. Esclareceu que os conselheiros confiam na equipe atual do Previ, mas que já aconteceram alguns problemas com empréstimos consignados, dentro da previdência. Aduz que foram deixados alguns rombos e acabaram ficando o dito pelo não dito. O presidente, juntamente ao diretor financeiro, confirmaram que o instituto fazia empréstimos consignados, que eram feitos em papel e à mão. A Sra. Margareth Castilho informou que também eram feitos empréstimos consignados para servidores de cargos comissionados. O presidente completou dizendo que não poderiam ter sido feitos. Esclareceu aos presentes, que conseguiu trazer para o município, um sistema sem custo, da empresa ZetraSoft, de concessão de empréstimos. O sistema é seguro e inibe bastante a questão de fraude. A Sra. Margareth Castilho esclarece que primeiro o Previ precisa ter dinheiro em caixa. O presidente informou que gostaria de ter 5 (cinco) milhões em caixa, para poder emprestar, pois seria bom para o servidor, onde conseguiríamos colocar a taxa mais baixa, sendo mais atrativo, e ajudando o Previ. A Sra. Margareth Castilho informou que os conselheiros farão a sua parte em cobrar o presidente, para que o mesmo cobre o prefeito. O Presidente esclareceu sobre a tarifa bancária, que é possível se criar um consórcio entre os municípios, para tentar baixar as tarifas, mas os bancos são relutantes devido aos baixos valores de investimento. Expõem que o Previ possui muitos problemas, mas informou que o prefeito está alinhado a tentar resolvê-los. Acredita que muitos problemas serão resolvidos, mas nem todos. Esclareceu que o município nunca havia realizado um censo previdenciário. Sugeriu que o censo previdenciário seja realizado de 2 (dois) em 2 (dois) anos. Informou que o município já poderia ter uma previdência complementar, mesmo antes de 2019, quando passou a ser obrigatória. Esclareceu que isso já ajudaria a



reduzir o déficit atuarial. O Sr. Everton Ferreira, diante do disposto, sugeriu que já deixássemos a próxima reunião marcada, não o dia, mas para o mês de Julho, para que pudéssemos ter acesso ao estudo que está sendo realizado, com as possíveis soluções a serem tomadas. O presidente esclareceu que será a apresentação do estudo que está sendo realizado, e não o resultado. O Presidente deixou marcada a próxima reunião para o mês de julho de 2026. A Sra. Cinthya Camillo sugeriu que se deve investigar pensionistas, de acordo com censo previdenciário, que pela lei não possuem mais direito a receber o benefício. Exemplificou no caso de ter alguns pensionistas que tenham casado novamente ou em convivência marital, que sejam do desconhecimento do instituto. O presidente respondeu que o censo previdenciário serve para isso, tentar identificar irregularidades. A Sra. Cinthya Camillo ressaltou que com isso o instituto perde recursos. O presidente informou que não é só o censo que identificará essas questões, a regra deverá ser prevista na reforma da previdência. A conselheira perguntou se o Previ poderia voltar para o prédio antigo, após a reforma. O presidente respondeu que seria o ideal, e que a solicitação será levada ao conhecimento do Prefeito. Esclareceu que o problema do déficit atuarial é nosso, pois somos nós que estamos na cadeira. A Sra. Margareth Castilho esclareceu que no caso de uma contratação no regime híbrido, que a prefeitura ainda arcaria com a aposentadoria deste servidor CLT, devido ao recolhimento para o INSS. O presidente confirmou a informação, e esclarece dizendo que a previdência perderia o repasse neste caso. Informou que acompanha o diário oficial do município, e constatou que muitas pessoas passam no concurso, mas após conhecerem como funciona o município, desistem devido ao baixo salário, em comparação aos gastos para irem trabalhar. O mesmo se coloca à disposição dos conselheiros, para dirimir quaisquer dúvidas. A Sra. Margareth Castilho parabeniza a todos pelo empenho, em prol do Previ. O presidente agradece a participação de todos os conselheiros, esclarecendo que é desta forma que as mudanças acontecem. Nada mais a tratar, o presidente encerra a reunião às 15 horas e 17 minutos. Eu, Leonardo Vieira Mota, secretário Ad-hoc, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes. # Confere com a página 56, do livro 2 de atas transcritas.

PREVI MANGARATIBA	
Anderson da Silva Moreira Presidente do Previ Mangaratiba	Maria Carolina Alcântara Decot Barros Diretor Jurídico Previdenciário
Deilton Lopes de Oliveira Diretor Financeiro Previdenciário	Daniele Abrahão de Freitas Contadora
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Lurdes Bernadette da Silva Carvalho Representante dos Aposentados e Pensionistas	Juciara Maria Nogueira de Souza Representante dos Aposentados e Pensionistas
	Alessandra Cristina Braga de Oliveira Representante dos Servidores Ativos
Cintya da Silva Araújo Candez Representante do Executivo	Edimar Tavares da Silva Representante do Legislativo
CONSELHO FISCAL	
Margareth Nogueira da Silva Castilho Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Cinthya Camillo Barbosa Representantes dos Servidores Ativos



Fernando Rosa da Silva Representantes do Executivo	Ewerton Ferreira da Silva Souza Representantes do Legislativo
COMITÊ DE INVESTIMENTOS	
Francisco José Ricardo Leal Representantes do Executivo	Amanda Sodré R. Moreira Velloso Representantes do Legislativo
Regina Gentil Moreira Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Presidente do Conselho Fiscal Representantes dos Servidores Ativos